



## **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A**

***Demonstrações Financeiras Intermediárias  
Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017  
e Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017***

**Conteúdo:**

Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	07
Ativo	10
Passivo	11
Demonstração dos resultados	12
Demonstração dos resultados abrangentes	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas	16

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

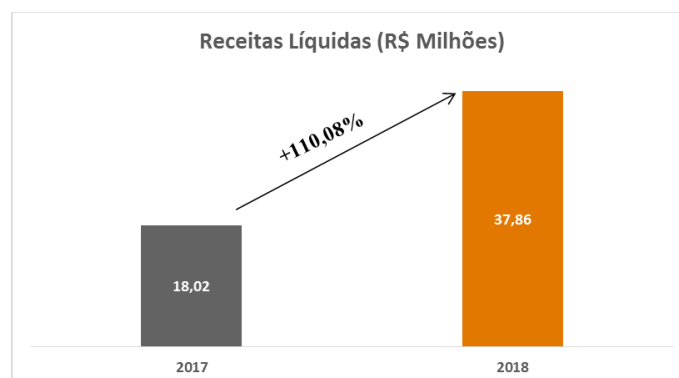
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração da CAPEMISA Capitalização relativas ao primeiro semestre de 2018, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de seguros privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

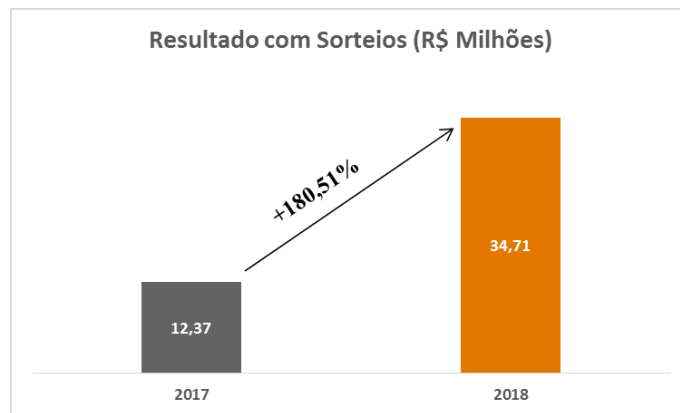
### 1- Desempenho das Operações de Capitalização

No ano de 2018, a CAPEMISA Capitalização S/A, manteve a sua política de melhorias em seus processos de gestão e de tecnologia com foco em buscar um posicionamento mais relevante entre os principais atores deste segmento de mercado.

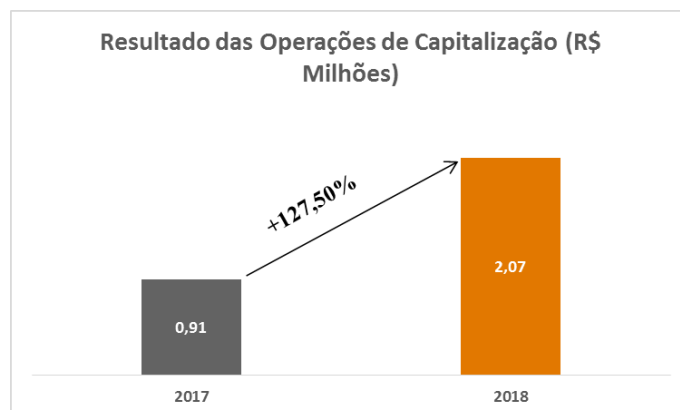
No primeiro semestre de 2018, as receitas líquidas com títulos de capitalização totalizaram R\$ 38 milhões (R\$ 18 milhões em 30.06.2017), sendo arrecadação com títulos de capitalização de R\$ 76 milhões (R\$ 36 milhões em 30.06.2017) e R\$ 38 milhões (R\$ 18 milhões em 30.06.2017) referentes a variação da provisão para resgate.



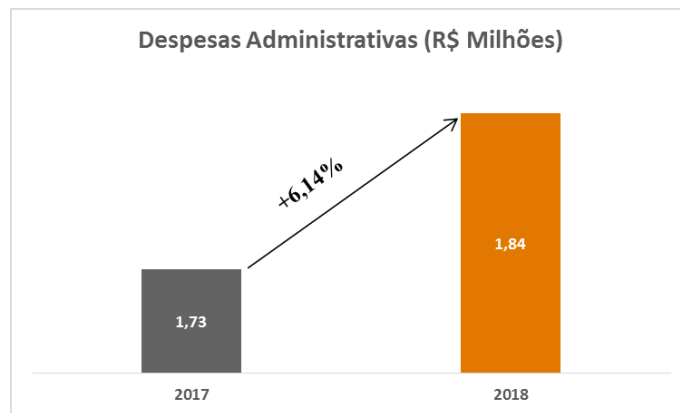
O resultado com sorteios no primeiro semestre de 2018 totalizaram R\$ 34,7 milhões (R\$ 12,4 milhões em 30.06.2017).



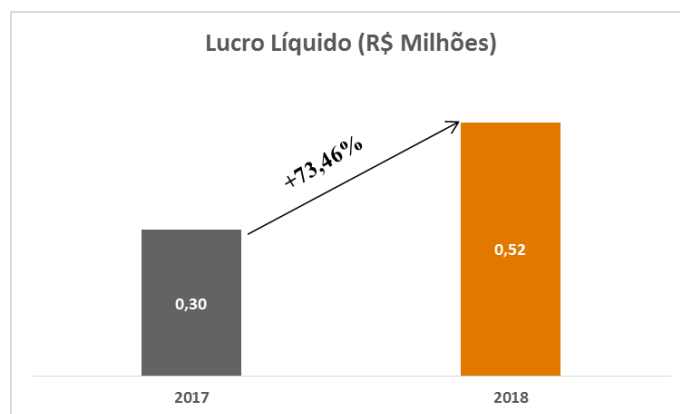
Esses resultados combinados a variação de provisões e a outras receitas elevam o resultado das operações de capitalização no primeiro semestre de 2018 em 128%, em comparação com o mesmo período do exercício anterior.



Para suportar o crescimento da empresa, foram necessários investimentos em tecnologia e em pessoal próprio, nesse cenário as despesas administrativas totalizaram no primeiro semestre de 2018 R\$ 1,8 milhões (R\$ 1,7 milhões em 30.06.2017)

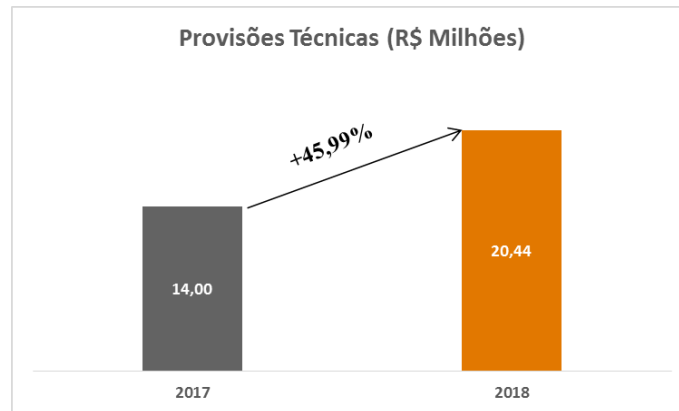


O lucro líquido da companhia cresceu 73% em relação ao exercício anterior, totalizando no primeiro semestre de 2018 R\$ 518 mil (R\$ 298 mil em 30.06.2017).



## 2. Provisões Técnicas

As provisões técnicas totalizaram R\$ 20,4 milhões (R\$ 14 milhões em 31.12.2017), sendo R\$ 16,8 milhões (R\$ 11,4 milhões em 31.12.2017) de provisão para resgates, R\$ 3,4 milhões (R\$ 2,3 milhões em 31.12.2017) de provisão para sorteio e R\$ 303 mil (R\$ 273 mil em 31.12.2017) de outras provisões.



### 3. Desafios e Gestão

Desde a sua criação, a empresa vem atuando na modalidade de incentivo, oferecendo soluções para atender as demandas da Capemisa Seguradora, de outras seguradoras e microseguradoras do mercado assim como em promoções comerciais e campanhas de incentivo.

Neste sentido, manteve os esforços na melhoria de seus processos de gestão e de tecnologia, de forma a cumprir com os objetivos traçados para 2018 e ampliar a sua participação no mercado.

### 4. Governança Corporativa

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento dos controles internos têm permitido um salto em qualidade na manutenção e refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade e de ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante para o Grupo.

### 5. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões, de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo assim, seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Companhia para cobertura de suas responsabilidades. A CAPEMISA Capitalização se mantém como empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria “até o vencimento” serão mantidos.

### 6. Perspectivas e Planos da Administração

A empresa busca expandir suas operações no mercado de capitalização, com foco nas novas modalidades criadas pela Circular nº 569/18 além da modalidade de incentivo.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
**CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A.** (“Sociedade”) em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2018

**Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes**

CRC-RJ 005.333/O-0



**Sheila Conceição Conrado Santos Buzzi**

Contadora- CRC-RJ 086.265/O-4



**CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A**  
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**Em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017**

**(Em milhares de Reais)**

ATIVO	Notas	30.06.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>36.390</b>	<b>27.360</b>
Disponível		464	228
Caixa e bancos		464	228
Aplicações	4	22.401	14.998
Créditos das operações de capitalização	5	13.430	12.098
Créditos das operações de capitalização		13.430	12.098
Títulos e créditos a receber		74	28
Créditos tributários e previdenciários	6	50	28
Outros créditos		24	-
Despesas antecipadas		21	8
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.512</b>	<b>4.273</b>
Realizável a longo prazo		3.511	4.272
Aplicações	4	3.492	4.264
Títulos e créditos a receber		19	8
Créditos tributários e previdenciários	6	19	8
Intangível		1	1
Outros intangíveis		1	1
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>39.902</b>	<b>31.633</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



## CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	30.06.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>23.643</b>	<b>16.045</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>1.222</b>	<b>1.701</b>
Obrigações a pagar	7	349	1.037
Impostos e encargos sociais a recolher	8	650	481
Encargos trabalhistas	8	84	62
Impostos e contribuições	9	139	121
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>10</b>	<b>1.978</b>	<b>341</b>
<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>11</b>	<b>20.443</b>	<b>14.003</b>
Provisão para resgates		16.763	11.418
Provisão para sorteio		3.377	2.312
Provisão administrativa		303	273
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13</b>	<b>16.259</b>	<b>15.588</b>
Capital social		13.258	13.258
Reservas de lucros		2.497	2.330
Ajuste de avaliação patrimonial		(14)	-
Lucros acumulados		518	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>39.902</b>	<b>31.633</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A**

(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

**Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)**

	Notas	30.06.2018	30.06.2017
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>37.862</b>	<b>18.023</b>
Arrecadação com títulos de capitalização		76.114	36.307
Variação da provisão para resgate		(38.252)	(18.284)
<b>Variação das provisões técnicas</b>		<b>(30)</b>	<b>(22)</b>
<b>Resultado com sorteio</b>		<b>(34.708)</b>	<b>(12.373)</b>
<b>Custos de aquisição</b>		<b>(274)</b>	<b>(71)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	15.a	<b>(778)</b>	<b>(4.646)</b>
Outras receitas operacionais		34	24
Outras despesas operacionais		(812)	(4.670)
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(1.653)</b>	<b>(1.422)</b>
Pessoal próprio	15.b	(1.062)	(939)
Serviços de terceiros	15.c	(409)	(370)
Localização e funcionamento		(43)	(8)
Publicidade e propaganda		(48)	(8)
Publicações		(64)	(57)
Donativos e contribuições		(21)	(27)
Despesas administrativas diversas		(6)	(13)
<b>Despesas com tributos</b>	15.d	<b>(184)</b>	<b>(309)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	15.e	<b>712</b>	<b>924</b>
Receitas financeiras		829	1.042
Despesas financeiras		(117)	(118)
<b>Resultado operacional</b>		<b>947</b>	<b>104</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	15.f	(6)	442
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>941</b>	<b>546</b>
Imposto de renda	16	(218)	(124)
Contribuição social	16	(191)	(109)
Participações sobre o lucro		(14)	(15)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>518</b>	<b>298</b>
(/) Quantidade de ações		13.200.000	13.200.000
<b>Lucro líquido do período por ação (em reais)</b>		<b>0,04</b>	<b>0,02</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



**CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A**  
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)**

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>518</b>	<b>298</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA)</b>		
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	(26)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	12	-
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>504</b>	<b>298</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



**CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A**  
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais)**

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE TVM	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	13.258	115	1.677	-	-	15.050
Resultado líquido do período	-	-	-	-	298	298
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>13.258</b>	<b>115</b>	<b>1.677</b>	<b>-</b>	<b>298</b>	<b>15.348</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.258	149	2.181	-	-	15.588
Conforme AGO de 08 de março de 2018	-	-	167	-	-	167
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(14)	-	(14)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	518	518
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>13.258</b>	<b>149</b>	<b>2.348</b>	<b>(14)</b>	<b>518</b>	<b>16.259</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



## CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
<b>Atividades Operacionais</b>		
Lucro líquido do período	518	298
Redução ao valor recuperável dos ativos	8	-
Ganhos e perdas não realizados com TVM	(14)	
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(6.631)	(1.838)
Créditos das operações de capitalização	(1.334)	(11.982)
Créditos fiscais e previdenciários	(39)	15
Despesas antecipadas	(14)	(5)
Outros ativos	(24)	(19)
Impostos e contribuições	589	302
Outras contas a pagar	(499)	3.364
Depósitos de terceiros	1.637	778
Provisões técnicas - capitalização	6.440	10.785
Provisões judiciais	-	(475)
<b>Caixa Gerado pelas Operações</b>	<u>637</u>	<u>1.223</u>
Imposto sobre o lucro pagos	(401)	(230)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<u>236</u>	<u>993</u>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Distribuição de dividendos	-	(65)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<u>-</u>	<u>(65)</u>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u>236</u>	<u>928</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	228	193
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	464	1.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



## **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A**

(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

### **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro 2017 e para os semestres Findos em 30 de Junho 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

#### **1- Contexto operacional**

A Capemisa Capitalização S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades.

A Sociedade está atuando na modalidade incentivo. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo Subscritor. O subscritor neste caso é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional.

#### **2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

##### **2.1 - Base de preparação**

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

##### **2.2 - Base de mensuração**

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:



- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e
- Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

### **2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

### **2.4 - Conclusão das demonstrações financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2018.

### **2.5 - Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas:

- (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias;
- (ii) As informações sobre as incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material próximo no período contábil.

- Nota 2.6 – Estimativa do valor justo
- Nota 2.7 – Gestão de Riscos
- Nota 3.1 – Instrumentos Financeiros
- Nota 3.5 e Nota 11 – Provisões Técnicas
- Nota 4 – Aplicações Financeiras

## 2.6 - Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registrados pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

- **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis).

## 2.7 - Gestão de riscos

A atividade da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Capemisa Capitalização S/A possui uma estrutura de Gestão de Riscos, com reporte direto ao Conselho de Administração, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e visando manter o princípio da transparência na gestão de riscos, a Capemisa utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz versus os controles, contendo também o *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

O processo de gerenciamento de riscos permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no manual da organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha de defesa.

A gestão de riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, a fim de proteger o resultado da Sociedade. A Capemisa possui controles internos que se destinam, a garantir que essas políticas e estratégias sejam cumpridas de acordo com os objetivos definidos pela Sociedade e seus acionistas.

Os principais riscos aos quais a empresa está exposta são:

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros.

Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa monitora a solvência e as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da companhia.

### **Risco de mercado**

O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas, decorrentes das flutuações do valor dos ativos, dada às oscilações do mercado financeiro.

O controle de risco dos ativos financeiros é baseado em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado – modelo SUSEP.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos.

A Capemisa possui uma política que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating* e boas práticas.

### **Processo de gestão de risco financeiro**

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela gerência financeira e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, solvência, rentabilidade e segurança pautada na Circular Normativa de Investimentos. A Capemisa possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na gestão de investimentos, avaliando a conformidade com a legislação vigente e a Política de Investimentos. A atividade de controle consiste em

acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado e diversificação dos ativos.

### **3 - Principais Práticas Contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

#### **3.1 – Instrumentos financeiros**

##### **3.1.1 – Caixa e equivalentes de caixa**

Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica “Caixa e Bancos”.

##### **3.1.2 – Ativos financeiros**

A Administração da Sociedade realiza a seguinte classificação dos seus ativos financeiros:

**I. Valor justo por meio do resultado** – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período;

**II. Disponíveis para venda** – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido.

**III. Mantidos até o vencimento** - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período.

**IV. Empréstimos e recebíveis** - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

A Sociedade não opera com derivativos.

### **3.2 - Redução ao valor recuperável**

#### **3.2.1 - Instrumentos financeiros**

A Administração da Sociedade realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### **3.2.2 - Créditos das operações de capitalização**

A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada conforme critério definido na Circular SUSEP nº 517, de 11/08/2015 e suas alterações, ou seja, para os créditos vencidos há mais de 60 dias a sociedade reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente.

### **3.3 - Intangível**

Mensurado pelo custo histórico, e é constituído por gastos com aquisição de software. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20%a.a.

### **3.4 - Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (no exercício) para imposto de renda, e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **3.5 - Provisões técnicas**

#### **3.5.1 - Provisão matemática para capitalização**

A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

#### **3.5.2 – Provisão para resgates**

Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei, nas modalidades a seguir:

##### **3.5.2.1 - Resgate de títulos vencidos**

Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído.

##### **3.5.2.2 - Resgate antecipado de títulos**

Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador.

### **3.5.3 - Provisão para sorteios a realizar**

A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

### **3.5.4 - Provisão para sorteios a pagar**

A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

### **3.5.5 - Provisão complementar de sorteios**

A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea.

### **3.5.6 - Provisão de despesas administrativas**

A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de run-off.

### **3.5.7 - Prescrição de títulos**

A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

### **3.5.8 - Reconhecimento dos efeitos inflacionários**

Durante o período, as provisões técnicas foram atualizadas com base na TR.

## **3.6 - Avaliação de ativos e passivos**

Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

### **3.7 - Classificação no circulante e não circulante**

A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, como o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

#### **3.7.1- Ativos e passivos sem vencimento**

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação.

Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante.

### **3.8 - Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência:

Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados pela Capemisa Capitalização é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque, os sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar, e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil.



#### 4- Aplicações financeiras – circulante e não circulante

##### 4.1- Composição das aplicações financeiras

Em 30.06.2018:

<u>Categoria</u>	<u>Nível de Hierarquia</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% por Categoria</u>
<b>I- Valor justo por meio do resultado</b>						
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	10.514	10.514	40,61%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2020	1.006	1.006	3,88%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.340	1.340	5,18%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	7.944	7.944	30,68%
<b>II-Disponível para venda</b>						
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,36%	01/01/2022	1.071	1.071	4,14%
<b>III- Mantido até o vencimento – (a)</b>						
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,159% e 10,33%	01/01/2022	3.492	3.426	13,48%
Nota Promissória	1	CDI + 3,5%	22/01/2019	526	526	2,03%
				<b>25.893</b>	<b>25.827</b>	<b>100%</b>

Em 31.12.2017:

<u>Categoria</u>	<u>Nível de Hierarquia</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% por Categoria</u>
<b>I- Valor justo por meio do resultado</b>						
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	4.045	4.045	21,00%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	3.249	3.249	16,87%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	7.704	7.704	40,00%
<b>III- Mantido até o vencimento – (a)</b>						
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	SELIC	01/07/2021	2.260	2.271	11,73%
Nota Promissória	1	CDI + 3,5%	22/01/2019	2.004	2.004	10,40%
				<b>19.262</b>	<b>19.273</b>	<b>100%</b>

(a) Os referidos investimentos estão avaliados na “curva”.

#### 4.2- Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>14.996</b>	-	<b>2.026</b>	<b>17.022</b>
Aplicação	37.924	-	4.250	<b>42.174</b>
Resgate	(39.524)	-	(2.221)	<b>(41.745)</b>
Rendimentos	1.602	-	209	<b>1.810</b>
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>14.998</b>	-	4.264	<b>19.262</b>
Aplicação	25.382	1.086	3.463	<b>29.931</b>
Resgate	(20.088)	-	(3.950)	<b>(24.038)</b>
Rendimentos	513	10	241	<b>764</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(26)	-	<b>(26)</b>
<b>Saldo em 30.06.2018</b>	<b>20.805</b>	<b>1.070</b>	<b>4.019</b>	<b>25.893</b>

#### 4.3- Garantia das Provisões Técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Aplicações em Renda Fixa	20.443	14.003

A Sociedade apresentou o montante de R\$ 2.004 em 31.12.2017 de ativos não vinculados à garantia das reservas técnicas. A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 5.449 (R\$ 3.255 em 31.12.2017).

#### 5- Créditos das operações de capitalização

A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuído da seguinte forma:

	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
A vencer entre 1 e 30 dias	13.430	12.098
Vencidos entre 120 e 150 dias	1	-
	<b>13.331</b>	<b>12.098</b>
Redução ao valor recuperável	(1)	-
	<b>13.430</b>	<b>12.098</b>

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>12.098</b>	<b>1.198</b>
Emissões	76.114	105.581
Recebimentos	(74.782)	(94.681)
<b>Saldo final</b>	<b><u>13.430</u></b>	<b><u>12.098</u></b>

## 6 – Títulos e créditos a receber

### 6.1 - Créditos tributários e previdenciários

#### Circulante:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de renda a compensar	44	22
Contribuição social a compensar	6	5
PIS e COFINS a compensar	-	1
	<b><u>50</u></b>	<b><u>28</u></b>

#### Não Circulante:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de Renda Diferido – Ajustes Temporais (a)	13	8
Contribuição social Diferido – Ajustes Temporais (a)	6	-
Outros créditos Tributários e Previdenciários	6	6
Redução ao valor recuperável	(6)	(6)
	<b><u>19</u></b>	<b><u>8</u></b>

(a) A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários é de até 12 (doze) meses.

## 7 - Obrigações a Pagar

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores	329	838
Dividendos a pagar	-	167
Participação nos lucros	19	32
Outros pagamentos	1	-
	<u><b>349</b></u>	<u><b>1.037</b></u>

## 8 - Impostos, encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b><u>Impostos e encargos sociais a recolher:</u></b>		
Imposto de renda retido na fonte	596	455
Contribuições previdenciárias e FGTS	47	19
Imposto sobre Serviços Retido	3	2
Outros impostos e encargos sociais	4	5
	<u><b>650</b></u>	<u><b>481</b></u>

### **Encargos trabalhistas:**

Férias a pagar e 13º Salário a pagar	63	46
Encargos sociais a recolher sobre férias	21	16
	<u><b>84</b></u>	<u><b>62</b></u>

## 9- Impostos e contribuições

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de renda	57	56
Contribuição social	47	39
COFINS	30	22
PIS	5	4
	<u><b>139</b></u>	<u><b>121</b></u>

## 10- Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	<b>30.06.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
De 1 a 30 dias	1.897	276
De 30 a 60 dias	-	65
De 61 a 120 dias	81	-
	<b>1.978</b>	<b>341</b>

## 11- Provisões Técnicas

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões técnicas:

	<b>PMC</b>	<b>PDA</b>	<b>PRA</b>	<b>PSP</b>	<b>PSR</b>	<b>PCS</b>	<b>Totais</b>
<b>Saldo em 31.12. 2016</b>	<b>1.132</b>	<b>202</b>	<b>130</b>	<b>925</b>	-	-	<b>2.389</b>
Constituição	53.193	2.837	43.024	37.799	8.481	29.245	<b>174.579</b>
Reversão	(43.024)	(2.766)	(43.154)	(36.420)	(8.481)	(29.245)	<b>(163.090)</b>
Juros + Correção Monetária	117	-	-	8	-	-	<b>125</b>
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>11.418</b>	<b>273</b>	-	<b>2.312</b>	-	-	<b>14.003</b>
Constituição	38.252	1.778	32.975	34.707	8.971	25.752	<b>142.435</b>
Reversão	(32.975)	(1.748)	(32.975)	(33.642)	(8.971)	(25.752)	<b>(136.063)</b>
Juros + Correção Monetária	68	-	-	-	-	-	<b>68</b>
<b>Saldo em 30.06.2018</b>	<b>16.763</b>	<b>303</b>	-	<b>3.377</b>	-	-	<b>20.443</b>

## 12 - Patrimônio Líquido

### 12.1 - Capital Social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 13.258 (R\$ 13.258 em 31.12.2017) e está representado por 13.200.000 (13.200.000 em 31.12.2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e está assim composto: 13.080.000 ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 ações para a acionista Capemisa Instituto de Ação Social.

## 12.2- Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos.

## 12.3- Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço.

## 13 - Patrimônio Líquido Ajustado – PLA

Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015 e alterações:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Patrimônio líquido:</b>	<b>16.259</b>	<b>15.588</b>
<b>I- Ajustes Contábeis</b>		
Despesas antecipadas	(21)	(8)
Ativos Intangíveis	(1)	(1)
<b>II- Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>		
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(36)	7
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	-	-
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	36	-
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b><u>16.237</u></b>	<b><u>15.586</u></b>

#### 14- Adequação de Capital

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
(a) Capital Base	10.800	10.800
(b) Capital de Risco	2.843	3.467
CR Subscrição (i)	829	627
CR Crédito (ii)	1.518	1.674
CR Operacional (iii)	656	1.354
CR Mercado (iv)	349	166
Patrimônio líquido ajustado	16.237	15.586
Capital Mínimo Requerido – CRM: maior entre (a) e (b). (v)	<u>10.800</u>	<u>10.800</u>
<b>Suficiência de capital - R\$</b>	<b><u>5.437</u></b>	<b><u>4.786</u></b>

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo;

(b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação.

(i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(v) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

### 15- Detalhamento das contas de resultado

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
<b>a) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(778)</b>	<b>(4.646)</b>
Outras receitas com títulos de capitalização	34	24
Outras despesas com títulos de capitalização	(812)	(4.670)
<b>b) Despesas com pessoal</b>	<b>(1.062)</b>	<b>(939)</b>
Despesas com administração	(479)	(266)
Despesas com empregados	(240)	(305)
Despesas com Indenizações	-	(112)
Despesas com encargos sociais	(194)	(165)
Despesas com assistência social	(112)	(67)
Outras despesas com pessoal	(37)	(24)
<b>c) Despesas com serviços de terceiros</b>	<b>(409)</b>	<b>(370)</b>
Manutenção de software	(322)	(302)
Outros	(87)	(68)
<b>d) Despesas com tributos</b>	<b>(184)</b>	<b>(309)</b>
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(147)	(264)
Taxa de fiscalização	(37)	(39)
Outros	-	(6)



<b>e) Resultado financeiro</b>	<b>712</b>	<b>924</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>829</b>	<b>1.042</b>
Rendimento de renda fixa - títulos privados	94	-
Rendimento de renda fixa - títulos públicos	669	904
Outras receitas financeiras	66	138
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(117)</b>	<b>(118)</b>
Despesas com títulos de renda fixa	(49)	(47)
Despesas com provisões técnicas de capitalização	(68)	(42)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	-	(29)
<b>f) Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	<b>(6)</b>	<b>442</b>
Adesão ao PRT (a)	-	445
Outras despesas	-	(3)
RVR	(6)	-

(a) O ganho referente ao semestre findo 30 de junho em 2017, corresponde a adesão ao Programa de Regularização tributária instituído pela MP nº 766, de 4 de janeiro de 2017.

## 16 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	30.06.2018		30.06.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do IRPJ/CSLL</b>	<b>927</b>	<b>927</b>	<b>533</b>	<b>533</b>
Adições/Exclusões permanentes	68	25	15	15
Adições/Exclusões temporárias	(5)	7	-	-
Lucro Real	990	959	548	548
Alíquota nominal (*) – (**)	25%	20%	25%	20%
<b>Impostos Devidos</b>	<b>235</b>	<b>192</b>	<b>124</b>	<b>109</b>
Incentivos fiscais (***)	(18)	-	-	-
<b>Impostos às alíquotas pela legislação vigente</b>	<b>217</b>	<b>192</b>	<b>124</b>	<b>109</b>
<b>Impostos apresentados na demonstração do resultado</b>	<b>(218)</b>	<b>(191)</b>	<b>(124)</b>	<b>(109)</b>
Imposto corrente	(217)	(192)	(124)	(109)
Imposto diferido	(1)	1	-	-
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>23,51%</b>	<b>20,60%</b>	<b>23,26%</b>	<b>20,45%</b>

(\*) No caso do IRPJ, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês). (\*\*) A Lei 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. (\*\*\*) Em maio de 2017, a Sociedade aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009.

## 17- Transações com partes relacionadas

A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A	273	205	318	408	1.510	1.341	897	745
Capemisa Instituto de Ação Social	-	-	1	1	-	-	-	-

### 17.1- Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração, está demonstrada a seguir:

	30.06.2018	31.12. 2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	588	687

## 18 - Outros Assuntos

- CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, e ressalta, que a Susep não recepcionou a referida norma até emissão destas Demonstrações financeiras intermediárias.

- IFRS 17- “Contratos de Seguros” – A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem os efeitos que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

### **18.1 – Marco Regulatório**

Em 3 de maio de 2018, foi publicada a Circular Susep nº 569, que dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências, com entrada em vigor de 120 dias da data de publicação. Com o novo normativo, os títulos de capitalização passam a ser estruturados em 6 (seis modalidades: tradicional; instrumento de garantia; compra programada; popular; incentivo e filantropia premiável. A Administração está avaliando os impactos do normativo.

### **19 - Comitê de Auditoria**

Em consonância com Capítulo VII da Resolução CNSP nº 321/15, e alterações, a Capemisa Capitalização S.A. aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua Controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2018 da instituição controladora.

**Jorge de Souza Andrade**  
Diretor – Presidente

**Marcio Augusto Leone Koenigsdorf**  
Diretor Administrativo - Financeiro

**Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho**  
Diretor

**Rafael Graça do Amaral**  
Diretor Técnico

**Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes**  
Contador – CRC – RJ 93.879/O-2

**Patricia Fernandes Nepomuceno Pinto**  
Atuário – MIBA Nº 2476